

WORKSHOP SCT INFRAESTRUTURA do CT-CB

REGISTRO DAS DISCUSSÕES E SUGESTÕES

- Data / Hora:** 26/10/2017 / 09h:30 -18h:00
- Local:** MME - Auditório Térreo - Esplanada dos Ministérios - Bloco U - Brasília/DF
- Assunto:** Discussão das propostas do Combustível Brasil que são de responsabilidade do SCT de Infraestrutura.
- Participantes:** Ver lista de presença, anexa e este Registro.

A seguir, constam registradas as apresentações, as discussões e as sugestões colhidas no WS para o encaminhamento a ser dado, por parte do SCT de Infraestrutura, a cada um dos temas tratados.

No registro das discussões, é citado apenas o nome do agente representado no WS.

Por sua vez, as sugestões são registradas sem a identificação do agente, uma vez que decorrem das discussões.

Todas as sugestões registradas serão analisadas pelo Subcomitê quanto à sua aplicabilidade junto ao encaminhamento dos respectivos temas.

Todas as informações estão alocadas por Bloco/Tema.

BLOCO I – LICITAÇÕES

Tema Ia: LICITAÇÃO DE ÁREAS PARA TERMINAIS QUE MOVIMENTEM PRODUTOS PARA DIVERSOS AGENTES REGULADOS

Apresentações sobre o Tema (disponíveis no site do MME/Combustível Brasil/SCT Infraestrutura):

- MTPA (Disney Neto) e BRASILCOM (Sérgio Massilon)

Discussões:

- MTPA informou que Vila do Conde funcionará como um HUB para toda a região, inclusive para o porto de Miramar. Porém, os editais ainda irão para Audiência Pública.

- SINDICOM informou que estudos levados à SEPPI mostram que há também a necessidade de investimentos em Miramar, pois os prazos para ampliação de sua capacidade e atendimento à demanda crescente no médio prazo são menores.

- TRANSPETRO estimou que 60% dos derivados movimentados na região vão para Belém, podendo ser supridos por Miramar. Os 30% a 40% restantes dizem respeito a outros polos que poderão ser atendidos por Vila do Conde.

- MTPA se colocou aberto a propostas, como a de realização de editais específicos para movimentação de asfalto, e informou que a ABEDA, caso deseje, deve apresentar seus anseios àquela Secretaria.

- BRASILCOM manifestou interesse em investir em Vila do Conde, desde que os editais não restrinjam a formação de *pools*.

- IPIRANGA informou que Miramar exige investimentos altos e esforço para atender à demanda. Porém, as distribuidoras não têm perfil de prestadores de serviços de logística. Elas ficaram dentro do porto devido ao seu crescimento e não tem opção de expansão de suas áreas. Entende que não se deve abrir mão de Miramar e, simplesmente, repassar custos à sociedade. O mais correto é manter suas operações e incentivar os investimentos em Vila do Conde.

- SINDIGAS informou que suas associadas não são afetadas pelas questões de Miramar e Vila do Conde.

- GRANEL informou que tem interesse nos portos de Miramar e Vila do Conde, mas, em sua análise, o Porto de Miramar é muito restrito pela sua operação dentro da cidade, próximo a áreas residenciais.

- MTPA informou que, pelo Decreto 9.048/2017, os contratos podem ser prorrogados por sucessivas vezes, sem limites de prorrogação e com flexibilidade.

Sugestões do WS para encaminhamento do tema:

- Estabelecimento de condições especiais de financiamentos, com linhas de crédito de fácil acesso e juros competitivos internacionalmente.

- Estabelecimento da aplicação do Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) para equipamentos e tanques de terminais.

- Dar prosseguimento às licitações de Miramar e Vila do Conde, haja vista a viabilidade de operação concomitante de ambas as áreas.

- Os contratos estabelecidos após o Decreto 9.048/2017 podem ter prorrogações sucessivas e há grande flexibilidade para a sua realização.

Tema Ib: CELERIDADE DOS PROCESSOS NOS ÓRGÃOS AMBIENTAL

Apresentações sobre o Tema (disponíveis no site do MME/Combustível Brasil/SCT Infraestrutura):

- IBAMA (Gabriel Marinho) e SINDICOM (Leandro de Barros)

Discussões:

- ULTRACARGO questionou sobre a responsabilidade por licenciamentos dentro das áreas públicas, decorrentes de investimentos realizados fora dos arrendamentos.

- IBAMA esclareceu que as atividades nas áreas públicas dos Portos Organizados devem estar contempladas na Licença de Operação do porto. Mesmo assim, quem operar nesta área (operadores portuários) também deve buscar seu licenciamento junto ao órgão competente. No caso de priorizações de cargas de combustíveis, ressaltou, o terminal deve possuir capacidade e licença para tanto, de modo a não infringir sua Licença de Operação. Manifestou que, com base na Lei dos Portos, o arrendamento baseado apenas no Termo de Referência pode se constituir em fragilidade para a consolidação do negócio, pois não haveria garantia de que o projeto venha a ser viabilizado.

- MME mencionou que, no âmbito do upstream, há uma Sala de Situação de Sísmica, que tem dado bons resultados e viabilizado a realização de levantamentos necessários ao desenvolvimento dessas atividades.

- SINDICOM explanou que seria melhor se buscar soluções às questões comuns a todas as empresas e não particularidades nos encaminhamentos de atos normativos, para que estes sejam mais eficazes.

- IBAMA relatou que, em estimativas feitas internamente, possui capacidade de atendimento no licenciamento em torno de 15% da demanda recebida. Para a área de portos, informou, há atualmente cerca de 100 processos para 16 analistas. Contudo, tem buscado novas ferramentas de gestão, considerando que, em muitos casos, há prazos regimentais a serem atendidos. Lembrou que existem outros fatores que afetam a capacidade de atendimento à contento, tais como: ser a zona costeira a mais pressionada pela ação antrópica, haver vegetação e biomas protegidos e sensíveis, baixa qualidade de muitos estudos ambientais (exigindo retrabalhos e maior tempo de análise/resposta) e a necessidade de atendimento a demandas judiciais ou de Ministérios Públicos, as quais possuem prioridade de atendimento, podendo resultar, em alguns casos, em postergações significantes nos prazos de análise inicialmente estimados, devido à limitação da capacidade de distribuição dessas demandas entre os analistas. Como recomendação, indicou que a escolha de áreas para implementação de terminais seja criteriosa, buscando melhores alternativas locais e tecnológicas. Bem como, avaliada a competência e realizado o pedido de licenciamento diretamente no órgão ambiental competente.- GRANEL relatou que o tempo e custo incertos do licenciamento desencorajam investimentos. Além disso, defendeu a necessidade de uma padronização de normas técnicas.

- IBAMA informou que tem trabalhado na padronização de termos de referência e matrizes de impacto.

Sugestões do WS para encaminhamento do tema:

- Padronização de normas e regulamentações entre os órgãos ambientais das diversas Unidades Federativas e dos diversos níveis.

- Aumento do corpo técnico para torná-lo suficiente em relação ao volume de processos que deve ser analisado;

- Maior celeridade às análises processuais, reduzindo o tempo para obtenção de licenças prévias, de instalação e de operação.

- Estabelecimento de prazo máximo para resposta.

- Maior clareza e objetividade aos critérios adotados.

- Priorização dos processos que devem ser analisados para resposta ao Ministério Público.

- Padronização da listagem e da apresentação de documentos, divergindo quanto às exigências, mesmo quando se trata de processos de uma mesma atividade/órgão.

- Padronização da dinâmica do licenciamento de uma mesma atividade em estados distintos.

- Estabelecimento da previsão de tempo de análise dos processos pelos órgãos.

- Estabelecer claramente todas as exigências, com o intuito de conferir assertividade nas solicitações.

- Estabelecimento de instrução técnica sobre a listagem de documentos e estudos requeridos, de acordo com o potencial poluidor.

- Evitar discrepâncias quanto aos prazos de análise e valores de taxas cobradas para renovação das LO's.

- Capacitação das agências mais remotas.

- Evitar tramitação de análise de estudos ambientais entre órgãos, para reduzir tempo do processo.

- Aceleração, pelos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental, dos processos de comunicação de exigências ao requerente, visando maior celeridade no licenciamento.

- Elaboração de Planos Diretores, visando a redução do tempo de elaboração de estudos e análises ambientais.

- Padronização de termos de referência e matrizes de impacto para as áreas de movimentação de combustíveis, visando dar celeridade aos processos de licenciamento.
- Criação de Grupo de Trabalho para identificar oportunidades de melhoria no processo de licenciamento ambiental.
- Verificação da conveniência de uma Sala de Situação para contribuir com o desenvolvimento desse tema.

BLOCO II – CONTRATOS

Tema IIa: APERFEIÇOAR MECANISMOS REGULATÓRIOS E/OU CONTRATUAIS PARA GARANTIR SERVIÇOS ADEQUADOS NOS TERMINAIS

Apresentações (disponíveis no site do MME/Combustível Brasil/SCT Infraestrutura):

- ANTAQ (Sérgio Oliveira) e SINDICOM (Leandro de Barros)

Discussões:

- TRANSPETRO complementou a apresentação da ANTAQ, explanando que o *ship to ship* é uma operação que reduz a necessidade de tancagem e atenua o déficit de infraestrutura. Comentou que, quanto à cessão de espaço, quando houver maturação dessas operações, haverá redução da necessidade de licitações devido à otimização de seu uso.

- ANP lembrou que, quanto à cessão de espaço, há questões não resolvidas pela regulação vigente, como a de distribuidores que possuem tancagens dentro das áreas de portos públicos e, por não serem terminais, não têm obrigação de prestar informações sobre suas capacidades dinâmicas à ANP.

- GRANEL entende que a escolha de quem terá o espaço cedido ou contratado deve ser do proprietário, e não imposta de forma arbitrária.

- SINDICOM lembrou que a cessão de espaço se refere a ativos ou capacidades inutilizadas e que existe resolução regulando esse procedimento, mas que é ineficaz.

- ABTL alertou que o *ship to ship* é realizado em outros países, como os EUA, mas sempre com bom regulamento, pois, além de trazerem riscos ao meio ambiente, operações aventureiras podem afugentar investimentos em terminais.

Sugestões do WS para encaminhamento do tema:

- Flexibilização da necessidade de homologação da cessão de espaço para contratos com prazos menores do que 60 dias.

- Previsão em resolução do cumprimento de “Acordo de Nível de Serviço” (SLA).

- Maior transparência e antecipação nas alterações contratuais.

- Maior transparência de informações quanto à contratação de armazenagem para qualquer tipo de agente de mercado.

- Divulgação de informações sobre disponibilidade de espaço em tancagem com livre acesso, com devida antecedência, para tomada de decisão de mercado – maior monitoramento da ANP.

- Consideração de informações e parâmetros dos agentes do setor para a elaboração e ajuste de indicadores.

- Aprofundamento da discussão entre ANP e ANTAQ quanto a formas de regular as operações de distribuidores situados dentro das áreas portuárias de forma que sejam obrigados a fornecer informações sobre suas capacidades.

- Utilização de parâmetros da TRANSPETRO na elaboração de indicadores de níveis de serviço.

- Revisão da Portaria ANP 251/2000, devido à nova realidade regulatória.

- Aprimoramento das bases regulatórias do ship to ship, de forma a se ter um maior controle e evitar a inviabilização de investimentos.

Tema IIb: REGRAS PARA RENOVAÇÃO CONTRATUAL E RETORNO/RESSARCIMENTO DE INVESTIMENTOS

[Apresentações \(disponíveis no site do MME/Combustível Brasil/SCT Infraestrutura\):](#)

- ANTAQ (Samuel Cavalcanti) e TRANSPETRO (Giovanni Cavalcanti)

Discussões:

- SINDICOM registrou que os contratos transitórios trazem grande dificuldade, já que são de seis meses. Lembrou que já houve tentativa de ampliá-los para trinta e seis meses, mas que houve uma inviabilidade jurídica apontada pela AGU.

- ANTAQ esclareceu que, já na assinatura da prorrogação dos contratos, tem orientado os arrendatários, na inoportunidade de leilão, sobre a possibilidade de novas renovações. Lembrou que investimentos para adequação às normas ou legislação do setor podem ser realizados sem problemas.

- DECAL expressou sua irrisignação quanto à eventual pretensão de direito de passagem em contratos antigos que não tinham essa previsão.

- SINDICOM concordou e justificou-se com fato de que, quando os contratos foram assinados, não havia cobrança de direito de passagem. Assim, caso se decida cobrá-la, é motivo para reequilíbrio contratual.

- ANTAQ esclareceu que, desde 1993, há diferenciação entre Portos Públicos e Terminais de Uso Privado (TUP) e que as situações que visam atender a quem está fora do Porto Público são diferentes, devendo ser analisadas caso a caso.

- IBAMA explicou que os arrendamentos possuem licenças próprias, mas que os contratos dos arrendatários podem não deixar claros todas as responsabilidades junto ao Porto Organizado, à exemplo das dragagens de manutenção (se estariam ou não abrangidas no arrendamento). Essa questão acaba gerando dúvidas sobre as responsabilidades acerca das dragagens dos berços de atracação, tomando tempo nos processos.

Sugestões do WS para encaminhamento do tema:

- Aprofundamento do debate entre ANTAQ, MTPA, PPI e EPL sobre a valoração de ativos não vinculados às outorgas (bens irreversíveis).

- Observância, pela ANP, da preservação dos ativos na outorga, visando a garantia do abastecimento.

- Análise, por ANP e ANTAQ, da possibilidade de que os contratos transitórios sejam prorrogáveis a cada ano, ao invés de a cada seis meses, e que nesse período haja compromisso com investimentos.

- Inserção do IBAMA nas discussões sobre os problemas do setor, para auxiliar na identificação e solução dos mesmos, considerando a lista de terminais prioritários elaborada pela ANP.

BLOCO III – ACESSO A PORTOS E À INFRAESTRUTURA

Tema IIIa: REGRAS DE ATRACAÇÃO PARA MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Apresentações (disponíveis no site do MME/Combustível Brasil/SCT Infraestrutura):

- MTPA (Carlos Magno) e EMAP (José Magalhães)

Discussões:

- ABTL afirmou que, no Porto de Santos, os terminais ficam no fim do canal e há navios de líquidos que ficam esperando no fim da fila, o que resulta em um prejuízo para os terminais daquele Porto.

- EMAP esclareceu que a praticagem é uma atividade de auxílio à atracação e não de ordenamento ou tomada de decisões.

- GRANEL alegou que, hoje, a Resolução ANP 53/2015 (sobreaviso) já respalda as questões referentes ao abastecimento.

- MME lembrou os trabalhos em curso no âmbito do SCT de Infraestrutura quanto à discussão entre ANP, ANTAQ e Autoridades Portuárias sobre priorização de atracação de navios de combustíveis para o abastecimento do mercado nacional.

- EMAP considera válida a priorização de atracação, desde que haja comprovação das circunstâncias que a justifiquem.

- ABTL sugeriu que se atuasse junto à praticagem, com Cartas Náuticas atualizadas e o ordenamento dos canais de acesso.

MTPA esclareceu que não possui objeção ao ordenamento de uso dos canais, mas que, no momento atual, acha difícil que o governo consiga alguma atuação eficaz junto à praticagem.

- ABTL enfatizou que o ordenamento do canal é mais importante que a ordem de chegada do navio.

Sugestões do WS para encaminhamento do tema:

- Maior celeridade na articulação entre ANTAQ e ANP para estabelecer regulamentação que embase a decisão da Autoridade Portuária de priorizar a atracação de navios de combustíveis para o abastecimento do mercado nacional, devendo, para tanto, estabelecer claramente as condições para que isso ocorra.

- Atuação junto à praticagem, com Cartas Náuticas atualizadas e o ordenamento dos canais de acesso e do horário de trabalho, o que afeta a produtividade.

- Definição, pelo Poder Concedente, em linhas gerais, das diretrizes para a priorização de atracação ou uso de canais de acesso.

Tema IIIb: ACESSO DE TERCEIROS À INFRAESTRUTURA

Apresentações (disponíveis no site do MME/Combustível Brasil/SCT Infraestrutura):

- ANP (Alessandra Moura), SINDIGAS (Sérgio Bandeira) e PETROBRAS (Eduardo Ávila)

Discussões:

- ANP teceu comentários sobre acesso negociado e acesso regulado. Informou que, recentemente, foi realizada Consulta Pública para revisão da Portaria ANP 251/2000.

- SINDIGAS comentou sobre barreiras estruturais que dificultam o acesso à infraestrutura. Expôs seu entendimento de que as regras são pouco claras acerca do livre acesso, o que, na prática, dificultam a utilização da infraestrutura. Entende que o livre acesso sempre deve ser tratado na perspectiva de longo prazo e só funciona com competição entre os agentes. Defendeu que investimentos em infraestrutura primária dependem do arrendamento em longo prazo dos ativos da PETROBRAS. Além disso, sustentou que é necessário que a PETROBRAS defina onde irá recuar para que os agentes privados dimensionem seus negócios e que sejam celebrados contratos de longo prazo para a concessão de infraestrutura.

- PETROBRAS teceu comentários sobre o novo posicionamento quanto a preços. Destacou a importância da preferência do proprietário, que garante a operação adequada e estimula novos investimentos.

- MME enfatizou que, com relação ao acesso a portos e infraestrutura, é necessário que a PETROBRAS informe o que pretende fazer, uma vez que todo o trabalho do Combustível Brasil está embasado nesse movimento de mercado da PETROBRAS. Além disso, destacou a necessidade de ações para garantir acesso de terceiros à infraestrutura.

- ANTAQ chamou a atenção que, conforme consta no Decreto 9.048/2017, cabe àquela Agência disciplinar o acesso de terceiros.

- CADE comentou que, com relação ao acesso de terceiros, há espaço para avaliar comportamentos antitruste e que, para tanto, deve-se reunir informações sobre a infraestrutura e os agentes.

. Ao ser questionada se recuaria no fornecimento de GLP, PETROBRAS afirmou que, atualmente, não prevê investimentos e que busca a otimização do retorno do refino, com maximização de lucros.

Sugestões do WS para encaminhamento do tema:

- Atuação em conjunto (ANP e ANTAQ) para possibilitar regras mais claras acerca do livre acesso, de modo a facilitar a utilização da infraestrutura.

- Aprofundamento da discussão sobre investimentos em infraestrutura primária e sua dependência ao arrendamento em longo prazo de ativos da PETROBRAS.

- Informação, pela PETROBRAS, sobre onde a empresa deverá recuar no mercado, para que os agentes privados possam melhor dimensionar os seus negócios.

- Discussão com PETROBRAS e agentes sobre a possibilidade de celebração de contratos de longo prazo para arrendamento de infraestrutura.

BLOCO IV – INVESTIMENTOS

Tema IVa: AMPLIAÇÃO DE LINHAS DE FINANCIAMENTO EM REFINO E INFRAESTRUTURA

Apresentações (disponíveis no site do MME/Combustível Brasil/SCT Infraestrutura):

- BNDES (Leandro Villar)

Discussões:

- BNDES expôs suas políticas operacionais para apoio ao setor petróleo e gás, esclarecendo que isso se dá por operações diretas e indiretas. Informou que as empresas são classificadas por porte operacional, que as fontes de financiamento estão sendo reduzidas e que critérios de seleção mais rigorosos serão estabelecidos. Expôs as linhas de financiamento: incentivada e padrão, bem como seus critérios. Sobre isso, informou que, no caso de transporte de petróleo, refino, armazenagem e distribuição de produtos, o BNDES dispõe de linha padrão, com participação máxima de 30% do valor do empreendimento. Para TUPs e aquisição de máquinas e equipamentos, o Banco disponibiliza a linha incentivada, que chega até 60% do valor do empreendimento. Ao ser questionado sobre a impossibilidade de se colocarem as instalações de TUP a serem financiadas como garantia, o BNDES afirmou que outras opções como recebíveis como garantia podem ser estudadas, e que a análise de empreendimentos se dá caso a caso.

- MME questionou o BNDES se, a utilização do argumento de que é interesse do governo a obtenção de financiamento para novas refinarias, novos terminais, novos parques de armazenamento, dutos ou outro empreendimento relevante para o setor poderia influenciar na decisão do Banco de financiar o empreendimento, ao que o BNDES respondeu afirmativamente.

- Após o MME questionar todos os agentes sobre o seu posicionamento com relação a taxas, acesso, maiores problemas e a modalidade ideal de financiamento, o SINDIGAS respondeu que não tem informações sobre necessidade de crédito de suas associadas, por se tratar de questões de *compliance*.

- GRANEL informou ter contratos com o BNB e com o BASA. Relatou as dificuldades em explicar as características dos seus negócios aos agentes financeiros, mas que, na atualidade, o processo está mais simples. Relatou que o BASA tentou mudar as regras de um contrato vigente e que o abandonaram.

- BNDES esclareceu que, de fato, é necessário ao agente financeiro entender o negócio para se mensurar riscos e que possui processo de análise pelo qual, caso a documentação esteja completa, é concluído em seis meses.

- SINDICOM destacou que o grande ponto é uma regulação saudável e um mercado competitivo.

Sugestões do WS para encaminhamento do tema:

- Utilização dos propósitos do Combustível Brasil, como segurança energética e necessidade de atendimento ao mercado, como critérios qualificadores do BNDES para justificar pedido de financiamento a novos empreendimentos.

- Divulgação, pelo Combustível Brasil, dos cenários do PDE 2026 e o PNE 2050 (em elaboração), para que a sociedade passe a enxergar os cenários e as necessidades.

- Otimização e simplificação dos processos dos agentes financeiros.

Tema IVb: MAPEAMENTO DE ÁREAS DE MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS PARA PRIORIZAR INVESTIMENTOS PRIVADOS

Apresentações (disponíveis no site do MME/Combustível Brasil/SCT Infraestrutura):

- EPE (Marcelo Cavalcanti) e LEGGIO (Marcus D'Elia)

Discussões:

- EPE expôs a relação de empreendimentos que devem ser considerados como prioritários, chamando a atenção de que a lista exclui obras em portos e terminais (cujas necessidades já são abordadas em outros temas). Explicou que se trata de uma lista realizada por EPE e ANP e está sujeita a críticas e sugestões de todos os agentes. Além disso, esclareceu que a análise se pautou em gargalos de curto e de longo prazo e chamou a atenção de que, nesse mapeamento, os dutos Osbra, Osplan, Olapa e Opasc estão entre os gargalos de infraestrutura levantados e que pouco são discutidos.

- LEGGIO afirmou que a cabotagem é a essência das operações de abastecimento no Brasil e que o Porto de Itaqui tem boa localização e condições de operação para ser um *hub* para distribuição a outras cadeias deficitárias. PETROBRAS afirmou que já o considera como tal.

- LEGGIO pontuou que série histórica alimenta modelo de projeção para cada polo e que capacidade de movimentação nas pontas é deficitária ao norte da Ferrovia Norte-Sul.

-PETROBRAS expôs que a ampliação do OSBRA está nos planos da Companhia. Já quanto ao OLAPA há de se analisar se é essencial, uma vez que está preso à refinaria.

- LEGGIO explanou que o Brasil está dividido em 10 cadeias logísticas definidas pela infraestrutura disponível para movimentação de grandes volumes (portos, ferrovias, dutos e hidrovias). Informou que há demandas e gargalos, principalmente na infraestrutura portuária, mas que as análises devem integrar todos os elos da cadeia para garantir o abastecimento.

- CATTALINI destacou a importância de que haja comprometimento do governo no sentido de estabelecer linhas de financiamento, via BNDES, que sejam compatíveis com as características dos investimentos em infraestrutura, sobretudo nos investimentos *greenfield*. Sugeriu alguns pontos que entende como fundamentais, com destaque para a necessidade de carência para o início da amortização (com prazos e juros adequados) e uma estrutura que permita o próprio projeto se garantir. Sustentou que, não havendo comprometimento de *funding* proveniente de banco estatal, o empreendedor fatalmente será direcionado ao mercado de capitais, ambiente em que as linhas de financiamento normalmente não permitem alongamento de dívidas a ponto de equacionar ao fluxo de caixa de um projeto *greenfield*.

Sugestões do WS para encaminhamento do tema:

- Priorização de investimentos por cadeia de abastecimento, conforme ordem a seguir: Investimentos em Cadeias Logísticas: (a) Cadeias de abastecimento com forte crescimento; (b) Cadeias de abastecimento desequilibradas; e (c) Cadeias de abastecimento com taxas moderadas de crescimento. Investimentos em Ativos: (a) Ativos de produção e logística; (b) Ativos de logística; e (c) Aumento de capacidade de ativos de produção e logística existentes.

- Financiamento com carência para início da amortização, de forma a contemplar o prazo adequado à geração de caixa do empreendimento (projetos, licenças, construção e *go-live*).

- Financiamento com prazo de amortização adequado ao fluxo de caixa do projeto, considerados. Nisto considerado após início de operação mais *ramp-up* de operação em prazo adequado.

- Garantia de juros adequados ao risco do negócio, de modo a não comprometer a atratividade.

- Estabelecer condições para que o próprio projeto seja utilizado como garantia (*project finance*).





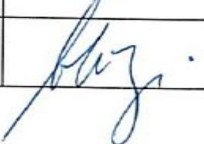
Em anexo a este Registro: Listas dos presentes ao Workshop (manhã e tarde)

Manhã

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017

Lista de Presença – Blocos I e II


Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Adriano Horta Loureiro	SINDIGÁS	adriano@sindigas.org.br	21 3078-2850	<i>Manhã</i> 
Alexandre José Borjaili	ASMIRG-BR			
Aline Costa de Andrade	PETROBRAS	alineandrade@petrobras.com.br	61 3429-7153	
Antonio Carlos Ventili Marques	APROBIO			
Aquiles Dias	AGEO	aquiles.dias@ageotermiais.com.br	11 3046-5699	
Caio Sanches	SINDTRR	<i>Caio@CaioSanches.com.br</i>	<i>11 996554415</i>	
Carlos Henrique Kszan	CATTALINI	carlos@catalinitermais.com.br	41 3420-3500	
Cláudio Akio Ishihara	MME	claudio.ishihara@mme.gov.br	61 2032-5848	
Cristina Brasil Calvet Santos	PETROBRAS	cristinacalvet@petrobras.com.br	61 3429-7290	
Daniel Drumond Campos e Silva	BR	dsilva@br-petrobras.com.br	21 2354-4068	
Deivson Matos Timbó	MME	deivson.timbo@mme.gov.br	61 2032-5341	
Edie Andreeto Junior	MME	edie.junior@mme.gov.br	61 2032-5492	
Elizabeth Kodato	ULTRACARGO	ekodato@ultra.com.br	<i>11 97640-4275</i>	

Manhã

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017

Lista de Presença – Blocos III e IV
Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Fátima Giovanna Coviello Ferreira	ABIQUIM			
Felipe Alves Pacheco	ABEDA	fap@cosjuris.com	31 99606 3388	
Felipe Rodrigues Chaves	ULTRACARGO	felipe.chaves@ultracargo.com.br	(81) 99269-3100	
Fernando Muller	VOPAK	fernando.muller@vopak.com	13 3295-1051	
Giovanni Cavalcanti Paiva	TRANSPETRO	gcpaiva@petrobras.com.br	21 99464-4289	
Ivan Bernardes dos Santos	CGU			
Janio Monteiro dos Santos	CGU	janio.santos@cgu.gov.br	61 2020-7166	
João Luis Sobreiro Bulla	REFINARIA RIOGRANDENSE			
Jose Luiz Rocha	ABRAGÁS			
Julio Cesar Minelli	APROBIO			
Karla Branquinho dos Santos	MME	karla.gonzaga@mme.gov.br	61 2032-5542	
Leandro de Barros Silva	SINDICOM	leandro@sindicom.com.br	21 2122-7683	
Luciano Madonato	PETROBRAS			

Manhã

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017

Lista de Presença – Blocos III e IV
Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Luiz Carlos Theodoro	MME	luiz.theodoro@mme.gov.br	61 2032-5971	
Luiz Gustavo Rocholi	ABEDA			
Marcelo Cavalcanti	EPE	marcelo.cavalcanti@epe.gov.br	21 3512-3298	
Marcelo Fernando Antão Araújo	ODFJELL	marcelo.araujo@odfjellterminais.com.br	(98) 98826-1802	
Marcelo Vinicius Dourado	NACIONAL GÁS	marcelo.dourado@nacionalgas.com.br	85 3466-8901	
Marcio Dutra	OIL GAS REFINARIES			
Marcus D'Elia	LEGGIO	marcus.delia@leggio.com.br	21 99742-0936	
Nilton Bastos	SINDIRREFINO			
Pedro Robério de Melo Nogueira	SINDAÇUCAR-AL			
Pierre Januário	SEPE/MA			
Ronaldo Araújo	TRICON	araujor@triconenergy.com	11 3071-4743	
Sergio Bandeira de Mello	SINDIGÁS	sergio@sindigas.org.br	21 3078-2850	
Silvio Aguiar	ODFJELL	silvio.aguiar@odfjellterminais.com.br	98 3213-3650	

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017

Lista de Presença – Blocos III e IV
 Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Tatiana Abreu Ferreira Chalub	ANTAQ	tatiana.chalub@antaq.gov.br	61 2029-6992	
Umberto Mattei	MME	umberto.mattei@mme.gov.br	61 2032-5346	
Victor Hugo Brandão	BARRAL M JORGE	victor.brancao@barralmjorge.com.br	61 3223-2700 *	
SÉRGIO AZEVEDO	ABICOM	SERGIO@ABICOM.COM.BR	21.994507182	
SAMUEL RAMOS	ANTAQ	Samuel.Cavalcanti@antaq.gov.br	2029 6654	
Rafael Loguado	BARRAL M JORGE	Rafael.Loguado@barralmjorge.com.br	61 *	
Sergio A. M. de Oliveira	ANTAQ	SERGIO.A.O.LIVREIRA@ANTAQ.GOV.BR	2029 6950	
Gabriel A Maguino	IBAMA	GABRIEL.MAGNINO@IBAMA.GOV.BR	992 6045/4	
SERGIO MASSILLON	BRASILCOM	SERGIO.MASSILLON@BRASILCOM.COM.BR	21 995592978	
Leandro VILLAR	BNDES	VILLAR@BNDES.GOV.BR	21 20528217	
CASSIO A. N. TEIXEIRA	BNDES	Cassio@bndes.gov.br	21- 2052- 8188	
Eduardo B. Avila	Petubron	eduardoavila@petubron.com.br	21- 99853-0266	
JOSE ANTONIO MAGALHÃES	EMAP	JOSE.MAGALHAES@EMAP.MG.GOV.BR	98 984558006	

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017







Lista de Presença – Blocos III e IV
 Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
ALEXANDRE GHEVENTER	SAG/CASA CIVIL	ALEXMBREG@PRESIDENCIA.GOV.BR	61 34 1134 51	
OSMIR MORAES	SIND'TRZ	OSMIR24@TERRA.COM.BR	(61)99981.7306	
Edmundo de Sousa Cunha	IBAMA	edm.sousacunha@gmail.com	65-3336-5332	
Alessandre Moura	ANP	AMOURA@ANP.GOV.BR	21 2112 8626	
Renato Lima F. Sampaio	URAC/STG	renato.sampaio@mma.gov.br	61 2032-5855	
José Roberto Ruchter dos Santos	MTRAC/SNP	jose.santos@transportes.gov.br	61 3771 0130	
Fabio K.A. Batista	SEPE/MA	fabio.batista@sepe.ma.gov.br	98 99223-5355	
CARLOS KOPITKE	ABTL	carlos.kopitke@abtl.org.br	(11) 32293511	
GISELE PEREIRA	IBP	GISELE.PEREIRA@IBP.ORG.BR	21 2112-9006	
MICHELY VIEIRA SANTO	ANTAQ	michelyvieirasantos@gmail.com	2029-6507	
Couina Avellan	Pohi	COUINA.AVELLAN@POHI.COM.BR	3204-6380	Couina
Leobino Aruniz	Vinubelino Labor	leobino@vinubelino.com.br	3364-7305	Leobino
ARTUR COSTA	PORTO DO ITAÍDY	ARTUR.COSTA@EMAP.MA.GOV.BR	98 3216 6008	

Manhã

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017

Lista de Presença – Blocos III e IV
Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Disney Barosa	MT/ SMT	DISNEY.PETO@INFRASTRUTURAS.GOV.BR	3771 0132	
LEANDRO SILVA	SINDICOM	Leandro@sindicom.com.br	(21) 996524710	
FLAVIO JACQUINETS	IDIHANGA	FMJ@IDIHANGA.COM.BR	21 25747788	
Ricardo M. Castro	CADE		61 32218409	
FLAVIA FIGUEIRA MENEZES	PETROBRAS	flei@petrobras	(21) 999239360	
LEONARDO ZULIO	SINDICOM	leonardo@sindicom.com.br	(61) 99683-6983	

Tarde

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017

Lista de Presença – Blocos I e II
Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo


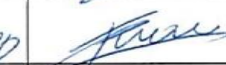




NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Adriano Horta Loureiro	SINDIGÁS	adriano@sindigas.org.br	21 3078-2850	<i>(Tarde)</i> 
Alexandre José Borjaili	ASMIRG-BR			
Aline Costa de Andrade	PETROBRAS	alineandrade@petrobras.com.br	61 3429-7153	
Antonio Carlos Ventili Marques	APROBIO			
Aquiles Dias	AGEO	aquiles.dias@ageotermiais.com.br	11 3046-5699	
Caio Sanches	SINDTRR			
Carlos Henrique Kszan	CATTALINI	carlos@cattalinitermiais.com.br	41 3420-3500	
Cláudio Akio Ishihara	MME	claudio.ishihara@mme.gov.br	61 2032-5848	
Cristina Brasil Calvet Santos	PETROBRAS	cristinacalvet@petrobras.com.br	61 3429-7290	
Daniel Drumond Campos e Silva	BR	dsilva@br-petrobras.com.br	21 2354-4068	
Deivson Matos Timbó	MME	deivson.timbo@mme.gov.br	61 2032-5341	
Edie Andreeto Junior	MME	edie.junior@mme.gov.br	61 2032-5492	
Elizabeth Kodato	ULTRACARGO	ekodato@ultra.com.br	11 7640-4275	

Tarde

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017

Lista de Presença – Blocos I e II

Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo





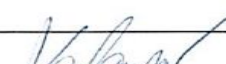

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Fátima Giovanna Coviello Ferreira	ABIQUIM			
Felipe Alves Pacheco	ABEDA	fap@cosjuris.com	31 996063381	
Felipe Rodrigues Chaves	ULTRACARGO	felipe.chaves@ultracargo.com.br	(81) 99269-3100	
Fernando Muller	VOPAK	fernando.muller@vopak.com	13 3295-1051	
Giovanni Cavalcanti Paiva	TRANSPETRO	gcpaiva@petrobras.com.br	21 99464-4289	
Ivan Bernardes dos Santos	CGU	ivan.b.santos@cgu.gov.br	2020-7160	
Janio Monteiro dos Santos	CGU	janio.santos@cgu.gov.br	61 2020-7166	
João Luis Sobreiro Bulla	REFINARIA RIOGRANDENSE			
Jose Luiz Rocha	ABRAGÁS			
Julio Cesar Minelli	APROBIO			
Karla Branquinho dos Santos	MME	karla.gonzaga@mme.gov.br	61 2032-5542	
Leandro de Barros Silva	SINDICOM	leandro@sindicom.com.br	21 2122-7683 (21) 936524740	
Luciano Madonato	PETROBRAS			

Tarde

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017

Lista de Presença – Blocos I e II

Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Fátima Giovanna Coviello Ferreira	ABIQUIM			
Felipe Alves Pacheco	ABEDA	fap@cosjuris.com	31 996063381	
Felipe Rodrigues Chaves	ULTRACARGO	felipe.chaves@ultracargo.com.br	(81) 99269-3100	
Fernando Muller	VOPAK	fernando.muller@vopak.com	13 3295-1051	
Giovanni Cavalcanti Paiva	TRANSPETRO	gcpaiva@petrobras.com.br	21 99464-4289	
Ivan Bernardes dos Santos	CGU	ivan.b.santos@cgu.gov.br	2020-7160	
Janio Monteiro dos Santos	CGU	janio.santos@cgu.gov.br	61 2020-7166	
João Luis Sobreiro Bulla	REFINARIA RIOGRANDENSE			
Jose Luiz Rocha	ABRAGÁS			
Julio Cesar Minelli	APROBIO			
Karla Branquinho dos Santos	MME	karla.gonzaga@mme.gov.br	61 2032-5542	
Leandro de Barros Silva	SINDICOM	leandro@sindicom.com.br	21 2122-7683 (21) 936524740	
Luciano Madonato	PETROBRAS			

Tarde

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017

Lista de Presença – Blocos I e II
Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo

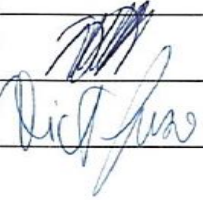

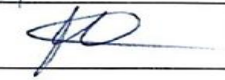





NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Luiz Carlos Theodoro	MME	luiz.theodoro@mme.gov.br	61 2032-5971	
Luiz Gustavo Rocholi	ABEDA			
Marcelo Cavalcanti	EPE	marcelo.cavalcanti@epe.gov.br	21 3512-3298	
Marcelo Fernando Antão Araújo	ODFJELL	marcelo.araujo@odfjellterminais.com.br		
Marcelo Vinicius Dourado	NACIONAL GÁS	marcelo.dourado@nacionalgas.com.br	85 3466-8901	
Marcio Dutra	OIL GAS REFINARIES			
Marcus D'Elia	LEGGIO	marcus.delia@leggio.com.br	21 99742-0936	
Nilton Bastos	SINDIRREFINO			
Pedro Robério de Melo Nogueira	SINDAÇUCAR-AL			
Pierre Januário	SEPE/MA			
Ronaldo Araújo	TRICON	araujor@triconenergy.com	11 3071-4743	
Sergio Bandeira de Mello	SINDIGÁS	sergio@sindigas.org.br	21 3078-2850	
Silvio Aguiar	ODFJELL	silvio.aguiar@odfjellterminais.com.br	98 3213-3650	

Tarde

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017

Lista de Presença – Blocos I e II

Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
Tatiana Abreu Ferreira Chalub	ANTAQ	tatiana.chalub@antaq.gov.br	61 2029-6992	
Umberto Mattei	MME	umberto.mattei@mme.gov.br	61 2032-5346	
Victor Hugo Brandão	BARRAL M JORGE	victor.brandao@barralmjorge.com.br	61 3223-2700	
Jose Ricardo Ruzicka dos Santos	MTPAE/SNP	jose.santos@transportes.gov.br	61 3771 0130	
Leonardo Villor	BNDES	VILLAR@BNDES.GOV.BR	21 2052 8217	
Cássio A. N. Teixeira	BNDES	cassio@bndes.gov.br	21- 2052-8188	
Gabriel S. Maguino	IBAMA	gabriel.maguino@ibama.gov.br	61 3316 1392	
Fernanda de Souza Cunha	IBAMA	fernanda.cunha@ibama.gov.br	61 3336-3392	
Alexandre Cheventer	SAG/CASA CIVIL	ALEXANDRE@Presidencia.gov.br	61 3411 3451	
Michely Vieira Santos	ANTAQ	michely.botter@antaq.gov.br	61 2029-6507	
Camilla Moura	PCATRI	camilla.mourapf@PCATRI.com.br	61 981819155	
Jacqueline Uetovsk	ANTAQ	jeff-uetovsk@antaq.gov.br	20296508	
Carlos Kopitzke	ADIZ			

Tarde

Workshop SCT Infraestrutura
26 de outubro de 2017

Lista de Presença – Blocos I e II
 Ministério de Minas e Energia, Auditório Térreo

(Tarde)

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	RUBRICA
JOSE ANTÔNIO MAGALHÃES	EMAP	JOSE.MAGALHÃES@EMAP.MA.GOV.BR	98984558006	
SILVIO LUCIO O. AGUIAR	GRANEL QUÍMICA	SILVIO.AGUIAR@ODFJELLTERMINALS.COM.BR	98988261801	
MARCELO ARAUJO	GRANEL QUÍMICA	marcelo.araujo@odfjellterminals.com.br	98-98826-1802	
OSMIR MORAES	STNO TRR	OSMIRM@TEMA.COM.BR	(61)99981-7306	
ALESSANDRA MOURA	ANP	AMOURAC@ANP.GOV.BR	(21)21128603	
FÁBIO FACCIUNAS	IPIRANGA	FMJ@IPIRANGA.COM.BR	(21)25717788	
GISELE PEREIRA	IBP	GISELE.PEREIRA@IBP.ORG.BR	21 2112-9006	
SERGIO A. N. DE OLIVEIRA	DNTRR	SERGIO.A.OLIVEIRA@DNTRR.GOV.BR	61 2029-6950	
Vitor Menezes	Ubelino Lobo	utor.menezes@ubelino.com.br	61 33641355	
SERGIO MASSILLON				
FLAVIA MENEZES	Petrobras	flei@petrobras.com.br		